

Virgínia Soares Pereira
Universidade do Minho
virginia@ilch.uminho.pt

Crónica de uma morte anunciada: a queda de Roma

Quis crederet ut totius orbis exstructa uictoriis Roma corrueret?
(‘Quem poderia crer que Roma, vitoriosa no orbe inteiro, haveria de ruir?’)
São Jerónimo

A queda de Roma. Como foi possível? Eis a pergunta que sistematicamente nos assalta, quando pensamos no acontecimento mais comentado da história de Roma. E no entanto continua a ser difícil encontrar uma explicação que nos convença. Mesmo quando se perscrutam os sinais dos tempos e se tenta perceber em que tempo falharam os factores que tinham contribuído, outrora, para a grandeza do estado romano, mesmo assim as respostas parecem sempre incompletas e insatisfatórias.

A questão tornou-se, modernamente, recorrente. Num tempo de crises contínuas, que suscitam no mundo perplexidade e inquietude, muitos são os que se interrogam sobre a sustentabilidade da presente ordem mundial e, correlativamente, sobre o fim dos impérios e as suas causas.¹ A complexidade do mundo actual, o sentimento de insegurança que a todos atinge, o declinar de velhas potências e sinais da emergência de novas, a inesperada explosão de conflitos locais ou regionais, tudo traz inevitavelmente à memória o complexo de causas – políticas, económicas, demográficas, sociais, militares, morais ou religiosas –, que conduziram à ruína do Império Romano, isto é, à

¹ Veja-se Grimal 1986 1261-1273.

queda – para muitos impensável e inexplicável – de uma grande cidade imperial que fora, por longos séculos, *caput mundi*.

Segundo informação colhida em Ferrill (1998 21), um estudo datado de 1984, publicado na Alemanha, inventariou cerca de duzentos e dez factores que terão estado na origem da queda do Império. Analisados um a um, parece que todos eles contribuíram em grande medida para o desfecho que se conhece, embora se compreenda que nenhum desses factores teria tido, por si só, força suficiente para pôr termo ao império de Roma. O que aconteceu foi o desenlace de um somatório de causas que, actuando isoladamente, sequencialmente ou em conjunto, vieram a adquirir uma força e um impacto repentinos e catastróficos. Os Romanos acreditaram, ao longo dos tempos, na perenidade do seu império. Será que terão tido consciência, a partir de dado momento, de que o seu mundo mudara irremediavelmente? Também aqui não há respostas taxativas e as opiniões divergem. O mais provável é que a crença ou o desejo de continuidade não tenham tido para eles, dada a diversidade de tempos e circunstâncias, o mesmo significado. Em virtude do largo arco temporal da sua dominação, os Romanos dos séculos II, III, IV ou V, cidadãos ou estrangeiros, pagãos ou cristãos, não terão visto de modo igual os sinais de decadência do império. O mesmo se dirá da possível previsão do seu colapso.

Na primeira linha dos motivos geralmente invocados para explicar o acontecido estão as constantes arremetidas de povos germânicos, que começaram a pressionar o *limes* (os *limites*) do território romano já em meados do século III e que se intensificaram e atingiram o coração do Império – a cidade de Roma – no século V, mais especificamente no dia 24 de Agosto do ano de 410, quando os Visigodos, sob o comando de Alarico, saquearam a cidade. Acontece que, a par dessas arremetidas, surgiam sintomas claros de problemas profundos que atingiam e minavam esse Império:

por um lado, assiste-se ao enfraquecimento geral do mundo romano, resultante de crises económicas e financeiras, de lutas de classe, de conflitos religiosos; por outro lado, e em simultâneo, o orbe romano continuava a ser um espaço apetecível para outros povos, que eram atraídos pelos níveis de vida aí alcançados e que, por isso mesmo, forçavam a sua entrada, ao mesmo tempo que fugiam, em sucessivas vagas, da pressão e da ameaça dos nómadas da Ásia.² E assim o mundo romano foi mudando.

A moderna historiografia tende a privilegiar esta perspectiva de transformação, isto é, a defender a ideia de uma mudança contínua e de uma gradual transição do Império Romano do Ocidente para a chamada Idade Média. Fala-se agora em “modificações inevitáveis, evolução criadora de novidades” (Palanque 1971 6), assim se explicando que, no final desta marcha lenta, o mundo antigo, tal como fora durante a longa *pax romana*, tenha desaparecido ou mudado radicalmente.³

Mas no passado não fora assim. A cidade de Rómulo estava ainda longe do auge do seu poder e já o historiador grego Políbio, no séc. II a.C., reflectia sobre a forma meteórica como a Urbe alcançara tão vasto império, e considerava digno de admiração tal sucesso, pois no espaço de cinquenta e três anos se tornara senhora do mundo então conhecido. O historiador viera para Roma, como refém, na sequência da vitória romana sobre a Macedónia, em Pidna, e, meditando sobre os acontecimentos que presenciara, Políbio não esconde, no início das suas *Histórias*, todo o seu espanto e admiração pela grandeza de Roma:

² Brown 1972 e Riché 1992 falam na complexidade e multiplicidade de causas do colapso do governo imperial, somando aos motivos de ordem moral os de ordem económica e social. Piganiol 1977 501-522 defende que Roma não morreu de morte natural, foi assassinada; Balsdon 1970 240 e sgs. e Cameron 1993 190-194 advogam a impossibilidade de decidir sobre o que pesou mais no desfecho do Império.

³ Sobre este tema magno da cultura ocidental e actual, o da *inclinatio* do Império ou o da crise do mundo antigo, vejam-se, entre outros: Ferril 1998 (cap. I), Mazarino 1991, Vogt 1967, Marrou 1979, Courcelle 1964, Bannard 1995, Ward-Perkins 2006, Bauzá 1988; Rémondon 1970 (vasta bibliografia). De acordo com Ward-Perkins (2006 242-244), que é contrário à ideia de transformação gradual, o que aconteceu foi que algo correu subitamente mal no mundo romano e assistiu-se mesmo ao declínio e fim da sua civilização.

Na verdade, quem haverá de tão mesquinho ou frívolo que não queira saber de que modo e com que espécie de governo é que quase todo o mundo habitado, conquistado em menos de cinquenta e três anos, caiu sob um poder único, o dos Romanos? Facto ao qual não se encontram antecedentes. [...].⁴

Segundo pensavam uns, tal sucesso dos Romanos acontecera por acção conjunta da sua *virtus* e da sua *fortuna*. Mas Políbio desvalorizava o papel do acaso na história de Roma. Atentando no êxito alcançado no final da primeira guerra púnica, o historiador afirma (em I.63.9) que “não foi com a ajuda da Fortuna, como crêem certos Gregos, ou por acaso” que eles procuraram e alcançaram a hegemonia mundial. Essa hegemonia ficou a dever-se à conjugação de valores cívicos romanos como a coragem, a obstinação tenaz, a dedicação ao interesse comum. Acresce que, como se lê em Guelfucci (2010 141), a par desta *uirtus* romana parece existir, na opinião de Políbio, “uma Razão superior e presciente, *Pronoia*, que ordenaria o mundo e a história em benefício de Roma”. Na verdade, e ultrapassadas que foram as dificuldades de crescimento e afirmação, em luta contra povos tão fortes como os Etruscos, os Gauleses e acima de tudo os Cartagineses, os Romanos passaram a ser vistos como um povo superior, dotado de grandes capacidades de resistência e organização. Políbio acreditou que a cidade estaria destinada a dominar o mundo, embora pareça admitir que o seu império haveria de ter um fim.⁵

⁴ Tradução de Rocha Pereira 2000 269. Para dar o devido realce à supremacia dos Romanos, Políbio (*Hist.* 1.4-6) compara-os com os Persas, os Lacedemónios e os Macedónios, cujos impérios sempre foram inferiores no tempo e no espaço. Em seu entender, os Romanos prepararam-se lentamente para alcançarem o império e a dominação universais, trazendo consigo a necessária estabilidade (vd. Grimal 1986 1263).

⁵ Políbio sabia que as leis universais (nascimento, crescimento e morte) se aplicavam também a Roma. Por isso lembra (37.22) como Cipião Emiliano chorava perante a destruída (por ele) Cartago, citando as famosas palavras de Heitor quando se despedia de Andrómaca (*Iliada* 6.448-449): “Um dia virá em que ela há-de morrer, a sagrada Ílion, e Príamo e o seu povo...”. Segundo Grimal 1986 1262, em momentos difíceis os Romanos tiveram a angústia do fim, do desaparecimento, de se perder o nome romano (sobretudo durante as guerras contra Aníbal e as guerras civis).

O sentimento de que a cidade de Rómulo estivera, desde as suas origens, sob uma especial protecção divina está presente em muitos textos antigos. Recorde-se o conhecido passo do prefácio ao Livro I do *Ab urbe condita*, de Tito Lívio:

E se a algum povo deve ser permitido considerar divinas as suas origens, e atribuir aos deuses a sua autoria, a glória militar do povo romano é tal que, quando afirma que o seu pai e pai do seu fundador é, de preferência a todos os outros, Marte, os povos do mundo aceitam isto com tanta serenidade como aceitam o domínio romano.⁶

Este texto espelha bem a forma como Tito Lívio interpretou, na qualidade de historiador augustano, a mensagem que o *Princeps* quis legar à posteridade.⁷ E é bem sintomático que, ao relatar o desaparecimento de Rómulo, o historiador tenha posto a circular uma lenda segundo a qual um tal Próculo Júlio terá visto em sonhos a figura de Rómulo, que se lhe dirigia nestes termos (1.16.7): *Abi, nuntia inquit Romanis caelestes ita uelle ut mea Roma caput orbis terrarum sit. Isto é: Vai-te. Anuncia aos Romanos que os deuses celestes querem que a minha Roma seja a cabeça do mundo.*

Outros historiadores evidenciaram admiração semelhante, como o grego Dionísio de Halicarnasso, que foi para Roma em 29 a. C., depois da vitória de Augusto na batalha de *Actium*, e aí se associou à ideologia do principado e ao sentimento de permanência, da *aeternitas imperii*. Nas suas *Antiguidades Romanas* não deixará de tentar provar que, nos seus primórdios, Roma fora uma cidade grega, isto é, não bárbara, e que a sua hegemonia foi superior à dos outros povos em importância e duração. Por isso afirma, peremptoriamente, no prefácio (3.3-6), que não há nação que

⁶ Alberto 1999 1 *Praef.* 7-8.

⁷ Num outro passo (4.4.4), Tito Lívio referiu-se à cidade como *in aeternum urbe condita, in immensum crescente*, por outras palavras, uma cidade sem limites no espaço e no tempo. Segundo observou A. Espírito Santo (in Centeno 1997 256), no século de Augusto, ao ideal estético da sobriedade e harmonia correspondia, na política, o ideal da ordem e da paz, “que se alimentava da propaganda de uma Roma nascida à sombra de uma providência protectora e destinada a permanecer para sempre.”

conteste o seu domínio e propõe-se provar, contra a opinião negativa de outros, que Roma não beneficiou injustamente da *fortuna*. E, para que não restem dúvidas, declara nesse prefácio: *O meu propósito é escrever não só sobre uma cidade que é a mais ilustre de todas, mas também sobre factos mais brilhantes do que quaisquer outros. Não sei que mais poderei dizer.*

Se nos voltarmos para os poetas augustanos, é forçoso admitir que todos afinaram pelo diapasão do *Princeps*. Horácio, Propércio, Ovídio proclamaram a superioridade e a perenidade de Roma. Mas é na *Eneida* – obra justamente considerada o poema do Século – que a ideia de uma Roma eterna emerge de forma constante e estruturante. Nas suas míticas origens troianas, a cidade, magnificada como *maxima rerum* (7.602), é aí celebrada como realização futura de uma grande ordem universal, que se projectará, mediante numerosas visões e profecias, na ainda distante época de Augusto. No centro do poema, em palavras de claro pendor político atribuídas a Anquises (6.851-853), Virgílio define para sempre o estatuto do Romano como o de um povo cujo lugar no mundo se deve à sua capacidade de organização e imposição de vontades, como fica patente no famoso hemistíquio do v. 852: *pacique imponere morem*. Ao atribuir a Eneias (prefiguração de Augusto) a missão de civilizar o mundo, Virgílio contribuiu para reforçar a segurança que em si mesmo e no *Princeps* tinham os Romanos, como se pode ler em Zanker (1992 231). A própria ideia de uma cidade que de humildes começos se alcandorou ao cume do esplendor – um dos temas recorrentes da propaganda de Augusto e da poesia augustana – contribuiu de igual modo para sustentar o orgulho dos Romanos.⁸

Confiantes na grandeza da cidade, que acreditavam gozar da protecção dos deuses, mas intimamente apreensivos quanto às incertezas do futuro, os Romanos

⁸ Sobre o contributo dos poetas para este *topos*, vd. White 1993 182-190 e Fowler 2000 (cap. 9, “The Ruin of Time: Monuments and Survival at Rome”).

formulavam preces no sentido de que para sempre Roma continuasse a gozar dessa providência divina. Um exemplo absolutamente paradigmático desta atitude é o de Horácio quando, associando-se ao sentimento geral de que uma nova era de felicidade chegara, celebra, em registo hímnico, a cidade de Roma (*Canto Secular* 9-12):

*Alme sol, curru nitido qui diem
promis et celas aliusque et idem
nascaris, possis nihil Roma
uisere maius!*

Sol vivificador, que no teu carro refulgente
fazes nascer e encerras o dia, que renasces sempre diferente
e o mesmo, possas tu não contemplar nunca nada tão magnífico
quanto esta cidade de Roma!

Horácio não era o único a colocar Roma e a sua perenidade sob o olhar protector dos deuses. Propércio, Ovídio, Plínio-o-Moço, Veleio Patérculo, entre outros, formularam iguais votos pela *aeternitas imperii*. Mas as apreensões quanto ao futuro adensavam-se. A época de ouro do século de Augusto teria o seu fim. Com o desaparecimento dos grandes vultos que marcaram o século, assistir-se-á ao surgimento de novas formas de ver o mundo e a história. Assim acontece com Pompeio Trogo (séc. I), autor de uma história universal em 44 livros, que “apresenta uma visão da história em que Roma não passa de uma simples potência igual às outras e como elas destinada ao desaparecimento. Era o ataque da província (Trogo era natural da Gália) ao centralismo romano e ao mito providencialista das origens.”, nas palavras de A. Espírito Santo (in Centeno 1997 256). Esta nova atitude está também representada no poeta hispânico Lucano, que, no livro IX do seu *Bellum Ciuile*, a respeito da visita de César a Tróia, retoma o *topos* da contemplação de ruínas de cidades que outrora foram florescentes, o

que pode ser, e tem sido, entendido como um sinal e um aviso de que o mesmo poderia acontecer a Roma.⁹

Com a chegada do século II d.C., voltam a surgir manifestações admirativas relativamente ao mundo romano. Plutarco, reconhecido pelo clima geral de pacificação trazido pela *paz romana* e convencido de que um tal império não poderia existir sem dever qualquer coisa aos deuses, afirma sem hesitação que a *fortuna* e a *uirtus* se uniram para fazer o conjunto mais belo das obras humanas, o império romano.¹⁰

Pela mesma época, o retor Élio Aristides (c.117-c.181) compôs, talvez por ocasião da celebração dos novecentos anos da fundação da cidade, em 147 d.C., um *Elogio de Roma*. Este retor grego estava convicto de que o Império Romano não era apenas superior aos seus predecessores – em extensão, duração e organização –, mas era o resultado da obra dos outros, que prepararam a sua grandeza. Comungava, além disso, do dogma oficial da eternidade de Roma, como se deduz do modo como encerra o seu *Elogio de Roma* (§§ 108-109). Em palavras que contêm todos os ingredientes próprios do encómio, diz Aristides:

Mas este feito empreendido desde o início, o de igualar o discurso à grandeza do Império, ultrapassa tudo o mais e necessita quase de um tempo igual ao da duração do Império – isto é, provavelmente, a eternidade. Por isso o melhor será, a exemplo dos poetas de ditirambos e de péans, concluir o meu propósito acrescentando uma oração. Que sejam invocados todos os deuses e os filhos dos deuses, e que concedam a este império e a esta cidade que permaneçam

⁹ Hardie 1994 58-60 lembra que Lucano não foi o primeiro romano a tomar consciência do facto. Já em 146 a. C. Cipião Emiliano, vendo Cartago destruída, “was prompted to muse on the mutability of Fortune and to wonder what the future might hold for Rome”.

¹⁰ Frazier et Froidefond 1990 26.

eternamente florescentes e que não tenham fim antes que as massas de ferro flutuem à superfície do mar e que as árvores deixem de florir na primavera.¹¹

Mais tarde, em finais do século II, Tertuliano escreverá:

(...) nós rezamos e sem cessar pedimos a deus que todos os imperadores gozem de uma longa vida, que governem sobre um império seguro (...) Uma outra necessidade, mais elevada, nos obriga a rezar por todos os imperadores e por todo o mundo, pela conservação do império e do poder romano: é que nós sabemos que a terrível catástrofe que ameaça todo o mundo, ou seja, o fim do mundo, que com ela arrasta sofrimentos intoleráveis, está apenas suspensa pelo intervalo acordado ao império romano.¹²

De Horácio até Tertuliano, os tempos tinham mudado. Sentia-se mais débil a solidez do Império. O mundo romano tornara-se uma “extensa teia de aranha cujos fios são as calçadas que de Roma conduzem aos mais longínquos pontos do novo mapa do Império”, o que fez com que começasse a ser difícil sustentar a pressão constante dos povos às portas do império e provocou a chamada “revolução militar”, que, em conjunto com as revoltas de cidadãos que se insurgiam contra o insustentável e frequente aumento de impostos e o alargamento do fosso entre as classes possidentes e os deserdados da sorte, tornaram a situação muito insegura.

Assim sobreveio a crise do século III, que afectou a economia, o exército, a sociedade. As dificuldades enfrentadas por Roma foram incalculáveis, sucederam-se as guerras civis, a anarquia militar, tudo parecia desabar.¹³ Perante o decréscimo dos

¹¹ *Éloges grecs de Rome*, §§ 108-109 (Pernot 1997 119). Em comentário a este passo, Pernot esclarece, na nota 229, que se trata de dois *adynata* célebres, um referido em Heródoto (1.165), outro num texto da *Antologia Palatina* (7.153). Da mesma época é um poema grego atribuído a Melino, poetisa talvez de Lesbos, que saúda Roma como soberana de um império que nem o tempo, “que tudo abate”, destruirá. O poema foi conservado por Estobeu (III, 12, 7) e pode ver-se, traduzido, em Martín García 1994 311-312).

¹² Citado, com a devida vénia, de Paula Barata Dias.

¹³ Foi, nas palavras de Dodds 1965 100, “an age of anxiety”. Fernández Ubiña (1982 17 e sgs.) enumera como motivos da crise: crescente proletarização; escassez de terras; escravização e forte importação de mão-de-obra; opressão social que se abate sobre os agricultores das províncias; crise agrária; recessão

impostos pagos ao estado, aumenta a pressão fiscal (para sustentar o aumento das despesas militares com a defesa nas fronteiras), aumentam as extorsões extraordinárias, aumenta a injustiça.¹⁴ Segundo Citroni (2006 1041), neste século “já se vislumbram muitos dos factores de desagregação que conduziram à queda do império do Ocidente”.

Não obstante, o século IV voltará a dar sinais de renovação de confiança nos destinos de Roma.¹⁵ Atesta-o a obra de Amiano Marcelino, o último grande historiador do império.¹⁶ O tema da sua obra historiográfica é a história do Império romano visto como um estado universal (porquanto compreendia a maior parte do mundo conhecido) e eterno, que resultava de um pacto firmado para esse fim, não tinha dúvidas, entre *Virtus e Fortuna*.¹⁷

Roma era, para Marcelino, a *Vrbs aeterna*, uma *urbs sacratissima*, um *templum totius mundi e caput mundi*. E a sua confiança na perenidade de Roma era a tal ponto inabalável que, nas suas palavras, Roma viveria enquanto houvesse homens: *uictura dum erunt homines Roma* (14.6.3).¹⁸ Mas eram palavras de optimismo ditadas pelo coração, como adverte Italo Lana, que chama a atenção para o carácter trágico desta visão da história, pois entram em contradição a fé do historiador na eternidade de Roma e a realidade do que sucede: uma decadência progressiva e inestancável do Império submetido aos assaltos dos bárbaros.¹⁹ Todavia, quando comparava os tempos de agora

económica; aumento dos gastos públicos (com a burocracia e o exército); incapacidade de superar as diferenças de classe; barbarização do estado greco-romano. Segundo este estudiosos, a coincidência de tantos factores acaba por potenciá-los.

¹⁴ Veja-se Magaña Oríe 2001 e Cameron 1993 19.

¹⁵ Explicando esta nova situação, Chastagnol 1969 8 defende que, apesar de todas as desgraças ocorridas, o império romano subsistiu, voltando a assegurar a segurança das fronteiras.

¹⁶ Natural de Antioquia, na Síria, Amiano Marcelino (c. 330 – c. 400) veio para Roma e aí começou a escrever os *Rerum Gestarum Libri XXXI*. Amiano atribuía a origem da decadência romana à “burocratização excessiva” e à “opressão tributária”.

¹⁷ Veja-se Mellor 1999 118-126 e Ruggini 1998 221-227.

¹⁸ Também Floro (2.13.1), em meados do século II, fizera coincidir a dominação romana com o género humano (*romana dominatio, id est humani generis*), mas também com a civilização.

¹⁹ Lana 1998 237. E o mesmo autor lembra o passo de Amiano (14.6) no qual, ao falar da velhice de Roma, refere como esta dominou todo o mundo e, deixando as guerras, continua na sua velhice venerada e respeitada como soberana e rainha. Mas a verdade é que, ainda segundo Italo Lana (p. 238), “Ce tableau

com o passado, Amiano Marcelino dava-se conta da “degradação moral em que estavam a cair todos os Romanos, desde o senado à plebe”, porquanto velavam pelo seu bem particular e não pelo bem comum.²⁰

Na mesma linha de pensamento se inscreve Cláudio Claudiano – “o último poeta clássico latino”, que nasceu por volta de 365, quando a pressão dos Hunos sobre as fronteiras se fazia sentir e obrigava Alanos, Ostrogodos e Visigodos a lançar-se contra Roma. Compôs em 400 o *De consulatu Stilichonis*, um poema panegírico a celebrar o ano do consulado do grande general Estilício, “seu principal patrono e herói máximo dos seus poemas”²¹ e nele faz um extraordinário elogio de Roma (3.130-173), louvando a extensão ilimitada do Império e a ausência de fronteiras – *quod cuncti gens una sumus, nec terminus unquam / Romanae ditionis erit* (vv. 159-160), (*porque todos formamos um só povo e a dominação romana não terá fim*) –, bem como a organização e a força civilizadora das suas leis.

Os tempos de Diocleciano e da Tetrarquia tinham trazido uma relativa estabilidade económica e paz social, mas externamente as fronteiras militares continuavam vítimas de um progressivo enfraquecimento. A unidade imperial fora renovada nos tempos de Constantino, mas a instabilidade regressara: os Visigodos passaram o Danúbio, em 376, aniquilaram as divisões orientais do Império e assassinaram o comandante em chefe, o imperador Valente, na decisiva batalha de Adrianópolis, em 378. Este desastre foi sentido pelos contemporâneos como o anúncio ou prenúncio do fim do Império.²² Poucos anos depois, em 395, Teodósio desfez mais um golpe na difícil unidade do mundo romano, ao dividir o Império pelos filhos

idyllique et serein de la situation contemporaine de Rome est très artificiel et ne correspond pas à la vérité”, pois o papel político de Roma acabara.

²⁰ Em 14.6 e 28.6 surgem dois excursos sobre os vícios do senado e do povo romano (Cameron 1993 19 e Citroni 2006 1119).

²¹ Sobre este autor, vida e obra, vd. Cerqueira 1991 8-9.

²² Piganiol 1977 488-489.

Arcádio e Honório, antecipando o seu irremediável desmembramento. E foi com este pano de fundo que Claudiano celebrou o poder unificador de Roma.

A voz dos poetas em louvor da cidade de Roma continuava viva, portanto, mesmo quando à volta só se viam ruínas. No seu catálogo e elogio das cidades mais importantes do Império Romano (*Ordo Urbium Nobilium*), Ausónio, o mais conhecido dos poetas da segunda metade do séc. IV, refere-se a Roma como *Prima urbes inter, diuum domus, aurea Roma* (Roma, primeira entre as cidades, morada dos deuses, áurea Roma). E no entanto era já um tempo de declínio. Por isso F. Peschoud, no seu livro *Roma Aeterna*, tecerá duras críticas a Ausónio, acusando-o de ter atravessado o seu século como um cego: não viu o perigo bárbaro, nem o conflito entre pagãos e cristãos, nem a luta contra a heresia, nem a destruição do poder papal, apesar de Graciano ter sido assassinado quase debaixo dos seus olhos (em 383).²³

Mas o caso mais flagrante de um elogio da Urbe feito a destempo surge já depois do saque de Roma e procede de Rutilio Namaciano, indefectível admirador da grandeza da cidade. De origem galo-romana, veio a dada altura para Roma (quando seu pai era governador da Etrúria) e aí fez carreira, sendo nomeado *praefectus Urbis* em 414. Três anos mais tarde regressa à Gália e, provavelmente durante a viagem, escreveu um poema intitulado *De reditu suo*, no qual descreve a viagem desde Roma até Luna. Composto em 417 d.C., o poema ficou inacabado. Nele o poeta, que sofre com a visão das ruínas que se lhe deparam na sua viagem, deixa bem expressa a sua profunda admiração por Roma, mesmo depois de a ter visto saqueada pelas tropas de Alarico. Admira a grandeza da cidade e acredita no seu renascimento, convicto de que viverá

²³ Peschoud 1967 130 (apud Mazzoli *art. cit.*, pp. 77-91, p. 81). A respeito do desaparecimento do Império Romano do Ocidente – um desfecho algo repentino, a julgar pelas mostras de renascimento no século IV, opinou Brown 1972 105 : “Para os contemporâneos, a falência dos imperadores do Ocidente, no século V, foi a crise mais imprevista do Estado Romano”.

eternamente.²⁴ Roma é celebrada como rainha do mundo e mãe dos deuses e dos homens, sendo ainda considerada capital de um império sem igual, já que os astros nunca viram nada de mais belo (*De reditu suo* 1.81-82):

Omnia perpetuos quae seruant sidera motus
nullum uiderunt pulchrius imperium.

De todos os astros que garantem os movimentos eternos
nunca nenhum viu império mais belo.

Os Romanos tinham consciência de que a um império sucede outro e que o império de Roma fatalmente haveria de perecer, como os demais. Mas a eternidade de Roma tornara-se uma crença e um dogma. Compreende-se, por isso, que Marrou possa ter afirmado, sobre o fim do Império: “Os contemporâneos da queda do Império Romano do Ocidente não tiveram consciência de tal coisa”.²⁵ A perenidade de Roma foi um mito que muitos defenderam mesmo quando as condições objectivas já o não permitiam.

E no entanto, poucos anos mais tarde, o mito sofre novo sobressalto, perante a constância dos ataques à segurança dos povos da România, perpetrada por outros povos. Ouvir-se-á então a voz incrédula de uma das figuras mais importantes do século V, São Jerónimo (c. 345-419), horrorizado com o que acontece (em carta a Heliodoro, 60.16):

Horret animus temporum nostrorum ruinas persequi. Viginti et eo amplius anni sunt, quod inter Constantinopolin et Alpes Iulias cotidie Romanus sanguis effunditur. Scythiam, Thraciam, Macedoniam, Dardaniam, Daciam, Thessaliam, Achaiam, Epiros, Dalmatiam, cunctasque Pannonias Gothus, Sarmata, Quadus,

²⁴ Marmorale 1974 121. Pela mesma altura (c. 417), Paulo Orósio escreveu uma *História Universal* para explicar que o Império era castigado pelos seus vícios.

²⁵ Marrou 1979 103. Mas logo de seguida alerta para o carácter paradoxal desta afirmação, pois não faltam – afirma – testemunhos escritos do sentimento de uma decadência generalizada e irreparável. Esses testemunhos encontram-se reunidos em Courcelle 1964.

Alanus, Hunni, Vandali, Marcomani uastant, trahunt, rapiunt. [...] Romanus orbis ruit [...].

A alma fica horrorizada ao ver as ruínas dos tempos presentes. Há vinte ou mais anos que o sangue romano é derramado diariamente entre Constantinopla e os Alpes Júlios. A Cítia, a Trácia, a Macedónia, a Dardânia, a Dácia, a Tessália, a Acaia, o Epiro, a Dalmácia e as Panónias, devastam-nas, exploram-nas, saqueiam-nas o Godo, o Sárмата, o Quado, o Alano, os Hunos, os Vândalos, os Marcomanos [...]. O orbe romano está a ruir [...].²⁶

E na epístola 123, a Gerúquia, de 409, um ano antes do fatídico ano de 410, ele afirma, como um dado adquirido: *O que fazia de sustentáculo saiu do meio, sem que tenhamos sentido a chegada do anticristo (...) incontáveis e ferocíssimas nações ocuparam completamente as Gálias (...).*

A obra de S. Jerónimo está cheia de reflexões e meditações sobre esse acontecimento tão espantoso quão inesperado que foi o ataque das hordas de povos germânicos a Roma (e ao Império romano), antes e depois do saque de Roma perpetrado pelas tropas de Alarico em 24 de Agosto de 410. Os chamados bárbaros estiveram na cidade apenas três dias.²⁷ Mas... sucedera o que parecia impossível e já não havia segurança em nada. Daí as suas perguntas e exclamações, carregadas de espanto e incredulidade. No seu comentário a Ezequiel (ao prólogo do livro III), Jerónimo exclama: *Quis crederet ut totius orbis exstructa uictoriis Roma corrueret?*, isto é: *Quem poderia crer que Roma, vitoriosa no orbe inteiro, haveria de ruir?* E o mesmo São Jerónimo comenta, na carta a Gerúquia (*Epist.* 123.16), o estado de decadência da

²⁶ As referências geográficas deste texto dizem respeito aos países e regiões do norte e oriente do Império Romano, então as mais ameaçadas pelas investidas dos povos bárbaros.

²⁷ Algumas páginas de Santo Agostinho reflectem a angústia que então se apoderou dos romanos. Os cristãos como ele tiveram tendência a olhar para os funestos acontecimentos como um sinal de que o destino de Roma assim o determinava. Veja-se referência a estes tempos conturbados e ao saque de Roma em Santo Agostinho (vd. Urbano (2010 15-19) e em Orósio 2000 11-13 (da Introdução) e §§ 39-40).

cidade eterna, ao mesmo tempo que se interroga, dando sinal de uma enorme inquietude: *Quid saluum est, si Roma perit?* Como se se interrogasse: Que segurança haverá no mundo, depois da queda de Roma?²⁸

Recordemos o passo (*Epist.* 123.15-16):

Há já algum tempo, do mar do Ponto até aos Alpes Júlios, que não eram nossas as terras que são nossas e há trinta anos que se combatia no centro das regiões do império [...]. Quem teria acreditado que Roma teria de combater no seu interior não pela glória mas pela sua salvação; mais do que isso: que teria, não de lutar, mas sim de resgatar a sua própria vida com o ouro e todos os seus bens. Agora, admitindo que tudo acabe em bem, não temos nada a tirar aos inimigos a não ser os bens que perdemos. Um apaixonado poeta, falando do poder de Roma, diz: ‘Que coisa te basta, se Roma é pouco?’ Podemos transformá-lo neste outro elogio: ‘Que coisa se salvará, se Roma perecer?’²⁹

Poucos anos depois, Odoacro assassina Orestes e priva o filho deste, Rómulo Augusto, do poder imperial. Assim caía o último imperador romano do ocidente. A fim de tranquilizar o imperador do Oriente, Zenão, Odoacro apressa-se a enviar as insígnias imperiais para Constantinopla, com o que “está a reconhecer a autoridade suprema do descendente de Constantino, colocando-se como seu vassalo” (Dias 2006 39). Comentando este gesto, Paul Riché (1992 69) afirma: “O Império romano do Ocidente estava morto. Mas ninguém se apercebeu disso.”

²⁸ O sentimento de São Jerónimo não anda muito longe do expresso nas palavras que Tácito (*Hist.* 4.74) atribui a Petilius Cerialis, comandante de tropas, quando este admite a eventualidade da destruição do Império: “Com efeito - praza aos deuses que não! -, se os Romanos são expulsos [da Gália], que acontecerá se não uma guerra universal?” Um circunstanciado comentário às cartas 60 e 123 de S. Jerónimo pode ver-se em Dias 2006 41-46.

²⁹ Esta pergunta, que indubitavelmente deixa transparecer uma grande angústia quanto ao futuro – e que ainda hoje nos faz reflectir –, será retomada muitos anos mais tarde, em plena Idade Média, segundo informa Purcell 1995 379: “También la tradición occidental se preocupaba por el poder simbolizado en los monumentos, y por las cuestiones sobre como continuará este y cuándo terminará. Un caso famoso aparece en un texto llamado “*citae de los Padres, recopilaciones de escritos, antologias, problemas y parábolas*”, erroneamente atribuído a Beda el Venerable: ‘Mientras el Coliseo permanezca en pie, Roma seguirá existiendo; quando el Coliseo caiga, Roma caerá también; quando Roma caiga, caerá el mundo’”.

Passados mil anos, no séc. XV, quando se assistia ao movimento de renovação dos estudos e do interesse pela Antiguidade Clássica, eram frequentes os lamentos sobre os obscuros tempos passados. Cite-se a este respeito o caso do humanista italiano Poggio, que no livro I do *De uarietate Fortunae* lembrará com tristeza a grandeza perdida de Roma:

“É um pensamento recorrente, para meditar com assombro, que esta colina, o Capitólio, que outrora foi cabeça do império romano, a cidadela do mundo, diante da qual todos os reis e príncipes tremiam, à qual tantos generais subiram em triunfo (...), esteja tão arruinada e destruída, tão mudada em relação ao seu aspecto original, a tal ponto que as heras cresceram no local onde antigamente se sentaram os senadores...”³⁰

Em suma:

Os textos e autores evocados puseram em relevo alguns sinais evidentes ou indícios de contínuas mudanças no orbe romano, resultado ou da decadência da *uirtus* ou da inconstância da *fortuna*. Alguns dos sinais, manifestamente optimistas, podem ser atribuídos a crenças inabaláveis ou a objectivos de propaganda política, porquanto surgem quando os tempos são de manifesto declínio. Outros sinais antecipam já o que acabará por acontecer.

De então para cá, a admiração de uns e a perplexidade de outros continuaram, e continuarão, a caracterizar o olhar que se volta para a Antiguidade Romana em busca de respostas. Assim se justificam, em grande parte, as “romagens” que continuam a fazer-

³⁰ Cit. de Jenkins 1995 39. E o tema das ruínas de Roma deu origem, nesse tempo, a inúmeros poemas. Ianus Vitalis (que morreu em 1560) celebrou-se com o epigrama, em latim, *De Roma Antiqua*, que foi cuidadosa e poeticamente traduzido pelo poeta francês Du Bellay, pelo espanhol Francisco de Quevedo e por alguns outros poetas. Sobre este epigrama e as traduções que dele foram feitas, veja-se Ramalho 1969 297-317.

se a Roma, à Roma cristã e à Roma pagã. Elas atestam, sem qualquer dúvida, a sedução exercida pela forte simbologia do lugar que um dia foi a capital do império.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- P. F. Alberto (1999), *Tito Lívio. Ab Vrbe condita*. Lisboa, Editorial Inquérito.
- Balsdon (1970), *Roma. Historia de un Império*. Trad. de Luís Gil. Madrid, Ediciones Guadarrama.
- M. Banniard (1995), *Génese cultural da Europa*. Trad. de Alice Nicolau. Lisboa, Terramar.
- H. Bauzá (1988), “Roma y el destino de Occidente”, in *As Humanidades Greco-Latinas e a civilização do Universal*. Congresso Internacional, Actas. Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos.
- P. Brown (1972), *O fim do mundo clássico. De Marco Aurélio a Maomé*. Trad. de António Gonçalves Mattoso. Lisboa, Editorial Verbo.
- A. Cameron (1993), *The Later Roman Empire, AD 284-430*. London, Fontana Press.
- R. M. S. Centeno, coord. (1997), *Civilização Clássica – Roma*. Lisboa, Universidade Aberta.
- A. Chastagnol (1969), *Le Bas-Empire*. Paris, Armand Colin.
- M. Citroni et al. (2006), *Literatura de Roma Antiga*. Trad. de Margarida Miranda e Isaías Hipólito, revisão de Walter de Sousa Medeiros. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- L. Cerqueira (1991), *Claudiano. O rapto de Prosérpina*. Intr., trad. e notas. Lisboa, Editorial Inquérito.
- P. Courcelle (³1964), *Histoire littéraire des invasions germaniques*. Paris, Études augustiniennes.
- M. Christol (2001), “Rome et le peuple romain à la transition entre le Haut et le Bas Empire: Identité et tensions”, in AA.VV., *Identità e Valori: fattori di aggregazione e fattori di crisi nell’esperienza politica antica*. Roma, “L’Erma” di Bretschneider.
- P. B. Dias (2009), “Espaços e fronteiras do mundo romano na Antiguidade Tardia. Continuidade e rupturas em relação à Europa actual”, in Fr. Oliveira, Cl. Teixeira, P. B. Dias, coords., *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*. APEC / CECHUM, 313-325.
- P. B. Dias (2006), “Testemunhos de identificação e de compromisso sobre a crise de Roma (séc. V) no *Epistolário* de S. Jerónimo”, *Biblos* 4, 2ª série, 35-48.
- E.R. Dodds (1965), *Pagan and Christian in an age of anxiety*. Cambridge.
- J. Fernández Ubiña (1982), *La crisis del siglo III y el fin del Mundo Antiguo*. Madrid, Akal.

- A. Ferrill (1998), *La caída del Imperio Romano: Las causas militares*, Traducción de Pilar González Vermejo. Madrid, Biblioteca EDAF.
- D. Fowler (2000), *Roman Constructions. Reading in Postmodern Latin*, cap. 9 (“The Ruin of Time: Monuments and Survival at Rome”). Oxford, Oxford University Press.
- Fr. Frazier et Chr. Froidefond (1990), *Plutarque, Oeuvres Morales, V, tome I, La fortune des Romains*. Paris, Les Belles Lettres.
- P. Grimal (1986), “La philosophie de l’histoire face à l’angoisse de notre temps”, in *Rome, La Littérature et l’Histoire*, Tome II. Rome, École Française de Rome.
- M.-R. Guelfucci (2010), “Polybe, la Τύχη et la marche de l’Histoire”, in Fr. Frazier et D. Leão (eds.), *Tychè et Pronoia. La marche du monde selon Plutarque*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.
- Ph. Hardie (1994), “Augustan Poets and the Mutability of Rome”, in A. Powell (ed.), *Roman Poetry & Propaganda in the Age of Augustus*. Bristol, Bristol Classical Press..
- R. Jenkins (ed.) (1995), *El Legado de Roma*. Barcelona.
- I. Lana (1998), “La vision tragique de l’histoire chez Ammien Marcellin”, in M.-H. Garelli-François (ed.), *Rome et le tragique*. Palla, Presses Universitaires du Mirail, 237-245.
- E. Magaña Oríe (2001), “Las Éclogas de Nemesiano: comentario filológico”. Madrid, Universidad Complutense.
- E. Marmorale (1974), *História da Literatura Latina*; II. Lisboa, Estúdio Cor.
- J. A. Martín García (1994), *Poesía Helenística Menor (Poesía fragmentaria)*. Introducción, traducción y notas. Madrid, Gredos.
- H.-I. Marrou (1979), *Decadência romana ou Antiguidade tardia?* Trad. port. de Henrique Barrilaro Ruas. Lisboa, Editorial Aster.
- S. Mazzarino (1991), *O fim do mundo antigo*. Trad. de Pier Luigi Cabra. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora.
- R. Mellor (1999), *The Roman Historians*. London and New York, Routledge.
- A. Michel (1969), *La philosophie politique à Rome d’Auguste à Marc Aurèle*. Paris, Armand Colin.
- P. Orósio (2000), *História Apologética (O Livro 7 das Histórias contra os Pagãos e outros textos)*. Edição de Paulo Farmhouse Alberto e de Rodrigo Furtado. Lisboa, Edições Colibri.
- J.-R. Palanque (1971), *Le Bas-Empire*. Paris, P.U.F.
- M. H. Rocha Pereira (2010), *Romana. Antologia da Cultura Latina*. Guimarães, Babel.
- L. Pernot (1997), *Éloges grecs de Rome. Traduits et commentés par Laurent Pernot*. Paris, Les Belles Lettres.
- F. Peschoud (1967), *Roma Aeterna. Études sur le patriotisme romain dans l’occident latin à l’époque des grandes invasions*. Neuchâtel, Institut Suisse de Rome.
- A. Piganiol (⁶1977), *Histoire de Rome*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Nicholes Purcell (1995), “La ciudad de Roma”, in Richard Jenkins (ed.), *El Legado de Roma*. Barcelona.

- A. C. Ramalho (1969), “As ruínas de Roma”, in Idem, *Estudos sobre a época do Renascimento*. Coimbra.
- R. Rémondon (1970), *La crise de l’empire Romain*. Paris, Presses Universitaires de France.
- P. Riché (1992), *As invasões bárbaras*. Trad. port. de Maria Vallenstein. Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d.
- L. Cr. Ruggini (1998), “Ammiano Marcellino: un intellettuale Greco di fronte all’Impero e alla sua capitale”, in *Cultura latina pagana (fra terzo e quinto secolo dopo Cristo)*. Firenze, Leo S. Olschki.
- M. R. Serrano (1997), “La pervivencia religiosa pagana en el siglo V: el ejemplo de Rutilio Namaciano”, in *La tradición en la Antigüedad Tardía*, Antig. Crist. (Murcia) XIV, 179-187.
- C. M. Urbano (2010), *Santo Agostinho. O De excidio Vrbis e outros sermões sobre a queda de Roma*. Tradução do latim, introdução e notas. Coimbra, CECH.
- J. Vogt (1967), *The Decline of Rome, The metamorphosis of Ancient Civilization*. Translated from the German by Janet Sondheimer. Weinfeld – London.
- Br. Ward-Perkins (2006), *A queda de Roma e o fim da civilização*. Trad. de Inês Castro. Lisboa, Alétheia Editores.
- Peter White (1993), *Promised Verse (Poets in the Society of Augustan Rome)*. London, Massachusetts, Harvard University Press.
- P. Zanker (1992), *Augusto y el poder de la imágenes*. Madrid, Alianza Editorial.